



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

**Processo TC** 5266/989/18  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** Embu das Artes  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES  
**Período** 12/2018  
**Relator** Dr. Renato Martins Costa  
**Unidade Fiscalizadora** 07ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO  
**Responsável** HUGO DO PRADO SANTOS  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 230.101.338-39  
**Período de Gestão** 01/01/2018 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES	R\$ 372.128,00	R\$ 157.553,33	R\$ 7.252,60

### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES	R\$ 255.457,11	R\$ 116.670,89	R\$ 82.403,03

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## 2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2017	R\$ 13.414.859,45	R\$ 521.940.702,79	2,5702%	6,0000%
4/2018	R\$ 13.168.166,94	R\$ 536.639.590,54	2,4538%	6,0000%
8/2018	R\$ 13.307.275,98	R\$ 564.489.731,93	2,3574%	6,0000%
12/2018	R\$ 13.646.018,94	R\$ 583.408.516,86	2,3390%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

## 2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 12.944.154,91	R\$ 554.496.595,50	2,3344%	2,3344%
7/2018	R\$ 13.305.909,09	R\$ 565.032.706,30	2,3549%	2,3344%
8/2018	R\$ 13.307.275,98	R\$ 564.489.731,93	2,3574%	2,3344%
9/2018	R\$ 13.361.190,07	R\$ 571.436.809,73	2,3382%	2,3344%

10/2018	R\$ 13.405.953,40	R\$ 577.118.769,19	2,3229%	2,3344%
11/2018	R\$ 13.462.372,52	R\$ 576.888.228,45	2,3336%	2,3344%
12/2018	R\$ 13.646.018,94	R\$ 583.408.516,86	2,3390%	2,3344%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,3390%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2018, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2018, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

## 2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ -174.061,80
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 236.745,33
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ -410.807,13
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 372.128,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 255.457,11
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 116.670,89
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-128,4004%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

## 2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<b>Restos a Pagar Processados</b>	R\$ 6.257,94	R\$ 255.457,11	R\$ 6.257,94	R\$ 255.457,11

<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	R\$ 158.547,99	R\$ 116.670,89	R\$ 158.547,99	R\$ 116.670,89
Consignações	R\$ 3.003,82	R\$ 2.563.884,39	R\$ 2.517.171,38	R\$ 49.716,83
Depósitos	R\$ 4.210,90	R\$ 825,00	R\$ 5.035,90	R\$ 0,00
Outros	R\$ 789.489,86	R\$ 20.119.727,16	R\$ 19.663.087,75	R\$ 1.246.129,27
<b>Total</b>	<b>R\$ 961.510,51</b>	<b>R\$ 23.056.564,55</b>	<b>R\$ 22.350.100,96</b>	<b>R\$ 1.667.974,10</b>

## 2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 61,49%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasso total da Prefeitura	R\$ 19.000.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 11.682.252,91
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>61,49%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 378.249.332,31
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 378.249.332,31
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 2.298.067,50
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>0,61%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>0,61%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,61%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.  
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	264448
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 378.249.332,31
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 378.249.332,31
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 22.694.959,93
Total de Despesas do exercício	R\$ 17.463.440,05
<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>4,62%</b>
<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>	<b>4,62%</b>

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,62%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 26/04/2019  
**Hora da Geração:** 22:50:18